

RACISMO E NEOLIBERALISMO: a “dupla hélice” do discurso da imprensa sobre a questão das cotas raciais¹

RACISM AND NEOLIBERALISMO: the “double helix” of press discourse on racial affirmative policies

Ronaldo Ribeiro Ferreira²

Resumo: a partir de uma revisão de literatura dos trabalhos que realizaram uma sistemática análise de cobertura da imprensa sobre o debate público que se seguiu à adoção da Lei 12.711/2012 (a lei de cotas) o presente trabalho problematiza o modo como o racismo e o neoliberalismo perpassaram transversalmente os discursos mediados produzidos no período. Do ponto de vista teórico, parte-se do tensionamento entre a perspectiva do racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) e do neoliberalismo enquanto racionalidade política dominante (BROWN, 2019), a partir da perspectiva comunicacional de Sodré (2002). Sob esse referencial, a título de exemplo, apresenta-se a partir da análise do discurso (ORLANDI, 2015) as rela es de sentidos apreendidas de um pequeno corpus exemplificativo constituído de seis editoriais publicados entre abril e novembro de 2012 pelo jornal Folha de São Paulo. Em conclusão, apresenta-se a proposi o de que em conjunto, racismo e neoliberalismo podem ser considerados o próprio núcleo constituinte de todo o discurso, tal qual a “dupla hélice” do DNA.

Palavras-Chave: Cotas Raciais. Racismo. Neoliberalismo.

Abstract: Based on a literature review of studies that conducted a systematic analysis of media coverage regarding the public debate that followed the adoption of affirmative policies regarding admission on higher education (Law 12.711/2012), this paper highlights how racism and neoliberalism permeated the mediated discourses produced during that period. From a theoretical standpoint, the paper stands upon the tension between the perspective of structural racism (ALMEIDA, 2019) and neoliberalism as the dominant political rationality (BROWN, 2019), from Sodr 's (2002) communicational point of view. Using discourse analysis (ORLANDI, 2015), this paper presents, as an example, the relationships of meanings inferred from a small corpus of six editorials published between april and november 2012 by Folha de São Paulo newspaper. In conclusion, the paper proposes that racism and neoliberalism together could be seen as a constituent core of the discourse, just like the “double helix” of DNA.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho M dia, G nero e Raça da 10  Edi o do Congresso da Associa o Brasileira de Pesquisadores em Comunica o e Política (10  COMPOL TICA), realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), 09 a 10 de maio de 2023.

² Doutorando em Comunica o e Práticas de Consumo – PPGCOM/ESPM. Bolsista da Coordena o de Aperfei amento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Grupo de Pesquisa “Comunica o, discursos e biopolíticas do consumo” – BIOCUM/ESPM. Professor do Departamento de Ciências Econ micas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. e-mail: ronaldo.ribeiro@gmail.com

Keywords: *Affirmative Actions. Racism. Neoliberalism.*

1. Introdução

Dois mil e vinte e dois assinalou o décimo ano da entrada em vigor da Lei nº 12.711/ 2012, que regulamenta o uso de sistemas de cotas para ingresso de estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI) nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Para além da efeméride, a própria redação da norma previa que este fosse o ano para sua revisão, a partir dos resultados objetivos alcançados.

A ampliação do acesso de pretos, pardos e indígenas nas universidades federais se insere no longo processo de demanda por direitos por parte dessa população, cujas raízes ancoram-se na Constituição Federal de 1988 (SANTOS, 2015). Para além dos efeitos relativos à justiça social, a democratização das universidades exigiu por parte destas novas posturas sociais – já que deixariam de ser, paulatinamente, o espaço reservado à elite econômica e cultural (Paiva e Almeida, 2010) – bem como novas perspectivas acadêmicas, ampliando e renovando suas “teorias e currículos quase que exclusivamente ocidentalizantes e eurocêntricos” (CARVALHO, 2005, p. 48).

Deve-se considerar, por sua vez, que este movimento tenha sido acompanhado de uma reação por parte daqueles setores da sociedade não interessados com esse novo projeto político para o ensino superior público. As disputas discursivas que se abrem a partir desse dissenso ecoaram pela mídia brasileira e uma ampla gama de pesquisadores se dedicaram a escrutinar a cobertura dos veículos. Apenas entre aqueles que se debruçam sobre a mídia impressa e que abordaram a questão enquanto um movimento nacional – e não apenas em universidades específicas – destacam-se Barbosa (2015), para quem o silenciamento sobre o caráter afirmativo e reparatório das cotas e a exnominação em relação aos indivíduos negros, alvos das políticas em debate, atualizam os discursos racistas que dominam a imprensa brasileira desde a abolição do sistema escravagista. Já Feres Junior e Daflon (2015), agrupam os argumentos (favoráveis e contrários) em três grupos temáticos: a) raça e identidade nacional; b) estado e cidadania e c) procedimentos e resultados. Botelho, Maia e Mundim (2011), observam que a discussão se desenvolveu de forma bastante

polarizada, concentrada em textos opinativos e cartas dos leitores . Em Sodré (2015), os argumentos acabam por fim se debatendo tanto com o ideário de uma sociedade sem racismo – o que, na verdade, reforça a posição contrária – ou apoiam-se no falso mito neoliberal da meritocracia.

Entende-se que o debate articulou dois tensionamentos fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira contemporânea: o racismo enquanto fenômeno social persistente (ALMEIDA, 2019) e a doutrina neoliberal enquanto racionalidade política que se instala em todos os lugares (BROWN, 2019). É a partir desta referência que o presente trabalho se propõe a refletir o modo como esses dois elementos se entrecruzam nesse debate, atravessando os discursos midiáticos sobre a realidade social brasileira.

Do ponto de vista comunicacional, este entrecruzamento pode ser abordado a partir das mediações sociais, ou seja, o modo como determinados elementos da vida social – tais como a linguagem, o trabalho, a família, e a identidade – são simbolicamente significados (SODRÉ, 2002). Para algumas sociedades, a adoção de um critério étnico racial enquanto um marcador da alteridade, transforma-se em um valor social definido no plano do comum. Esse é o caso da sociedade ocidental, que estabeleceu tal critério a partir da necessidade política de assegurar a coesão social dentro do espaço delimitado de um Estado (SODRÉ, 2015).

Em consonância com essa orientação teórica, na próxima sessão resgata-se a leitura de Sodré (2015) acerca da genealogia dos discursos identitários ao longo do processo histórico de formação comum do povo brasileiro. Logo após, na terceira sessão, a partir da dialética proposta por Domingues (2002), procura-se apresentar os tensionamentos decorrentes do processo de modernização conservadora e sua transição para uma sociedade neoliberal, com ênfase sob os impactos sob a cultura e a subjetividade política (BROWN, 2019). Após esse momento, de modo exemplificativo, procura-se encontrar os desdobramentos discursivos dessa dinâmica social à partir da análise do discurso (ORLANDI, 2015) de um pequeno grupo de editoriais publicados pelo jornal Folha de São Paulo entre abril e novembro de 2012, o corpus desse trabalho. Por fim, a guisa de conclusão, a partir da sessão anterior, procura-se ressaltar o modo como o entrelaçamento entre o racismo e a racionalidade

neoliberal entrecruzam-se discursivamente quando da construção de argumentos contrários às cotas raciais. A partir dessa leitura, apresenta-se a preposição de que em conjunto, o racismo e o neoliberalismo podem ser considerados o próprio núcleo constituinte deste discurso, tal qual, em analogia à genética, as cadeias alternadas de fosfato e açúcares se ligam em uma dupla hélice para formar o DNA.

2. A Construção da Identidade Nacional: racismo, patrimonialismo e conservadorismo autoritário

Para Sodré (2015), o racismo enquanto fenômeno está intimamente ligado ao projeto político e estético do Estado nacional na sua forma europeia. O traço distintivo desta cultura é sua pretensão universalista, preocupada com a conquista e ocupação do resto do mundo e reprodução deste modelo, de modo a manter a centralidade daquilo que é Europeu. Este é necessariamente um movimento que se retroalimenta quando pressupõe a exclusão de outras identidades não eurocêntricas.

O filósofo camaronês Achille Mbembe (2021) concorda com essa perspectiva. Recorrendo ao pensamento de Hannah Arendt, o autor encontra as raízes deste tratamento dispensado ao não europeu no modo como a categoria raça, principal marcador da alteridade para essas sociedades, sempre esteve ligado ao imaginário coletivo europeu como algo pejorativo e infame.

Será na associação entre as teorias de dominação colonial com a categoria raça e seu lugar injurioso à luz do racionalismo eurocêntrico do início da modernidade que se criará o amalgama racista que justificaria a desumanização, o uso extensivo da violência e a escravização de nativos nas colônias. Desprovido de humanidade, transformado em coisa, passível portanto de ser vendido como uma mercadoria em um sistema mercantil em acelerado processo de acumulação (MBEMBE, 2021).

Quando os movimentos independentistas das Américas começam a ganhar força, a questão da permanência da identidade europeia se mantém já que a existência de laços com a cultura do colonizador transforma-se numa espécie de “garantia” de acesso à modernidade e ao progresso – etnocêntrico – que de lá pulsava . A partir deste período, a configuração pluriétnica da América Latina passa a

representar um perigo para as classes dominantes então no poder, desejosas pela manutenção de seus status. Em resposta à isso, caberia à elas empenhar-se na elaboração de uma identidade monoculturalista que lhes assegurassem sua posição de superioridade (SODRÉ, 2015).

Especificamente no caso do Brasil, será a partir de 1822 (ano da Independência), que os discursos racistas começam a emergir, ainda que de forma embrionária. A intenção inicial foi apagar toda e qualquer lembrança de um passado atrelado à exploração do negro africano. Pensadores como Silvio Romero, Joaquim Norberto, Tobias Barreto e escritores como José de Alencar e Raul Pompéia buscavam reinterpretar o significado de ser brasileiro, apagando as “espúrias origens da brasilidade” (Sodré, 2015, p. 98).

Estes discursos fundamentarão, já no segundo reinado, um plano de imigração europeia massiva que, no médio e longo prazo “melhorasse a raça”, ou seja, gradualmente a embranquecesse. Como a realidade da miscigenação se impunha, o brasileiro enquanto um sujeito mestiço passa a ser descrito como um degradado, inferior aos demais povos, já que “manchado” pelo sangue negro.

No entanto, a década de 1930 verá um ponto de inflexão: o mestiço, antes visto como um renegado e a mestiçagem enquanto a desgraça do país será redefinida. Para Sodré (2015) o maior operador desse movimento discursivo são os “novos” estudos sociológicos interpretativos da identidade nacional do período, do qual a obra de Gilberto Freyre se destaca. Para a sociologia brasileira a partir de Freyre, as tensões sociais são sempre conciliáveis e a discriminação deixa de existir já que não existem critérios fenotípicos capazes de distinguir quem é branco e quem não é. Como desdobramento dessa requalificação do mestiço enquanto símbolo positivo da nacionalidade, retira-se definitivamente a “questão racial” do centro do debate público.

Para Sodré (2015), esse processo de formação da identidade nacional brasileira – da Independência à ditadura varguista dos anos de 1930 – ocorre a partir do direcionamento de uma classe dirigente, tradicionalmente branca e originalmente com origens coloniais. Assim, Sodré afirma tratar-se de uma política identitária branca, já que seu objetivo foi sempre interditar o acesso “do outro” à sua fonte de poder.

Entretanto, há para Sodré um outro elemento simbólico importante que, igualmente, originário no velho mundo e transladado para a margem oposta do Atlântico, interlaça-se com o discurso identitário branco. Trata-se do tipo de poder sob o qual essa elite identitária branca foi instituída. Para o autor, a manutenção social deste grupo depende necessariamente da defesa à mestiçagem e pela ideologia da democracia racial.

Sodré (2015) acompanha a tese de Faoro, para quem a forma patrimonialista do poder reproduz a forma herdada dos estados ibéricos e se constitui a partir da troca de favores entre a coroa portuguesa, os mercadores, comerciantes e funcionários públicos que em troca ao acesso aos bens do Estado garantem a manutenção do apoio político ao rei.

No poder patrimonialista, o fator econômico é importante, mas “a essência de sua organização é a manutenção do grupo específico, sua intrínseca familiaridade” (Sodré, 2015, p. 87). Além disso, a predominância desse tipo de poder favorece a formulação de um discurso político de identidade nacional baseado nos laços de familiaridade. Como o que está em jogo é a manutenção do patrimônio, os aspectos culturais que determinam o pertencimento de um indivíduo ao grupo dos proprietários é mais importante do que qualquer lógica tecno-gerencial moderna.

O pensamento identitário branco no Brasil sempre se relacionou com a lógica do poder patrimonial através de três critérios: a) a territorialidade: como a miscigenação é uma prática, acolher a existência de mulatos enquanto sujeitos dignos de receber e manter o patrimônio é uma exigência da própria realidade do território brasileiro; b) temporalidade: busca-se manter, a despeito da miscigenação, uma genealogia intergeracional que conecte o indivíduo com um antepassado branco, o que lhe garante legitimação social que justifica sua posição de membro deste associado à elite; c) “investimento libidinal”: ou seja, um investimento afetivo, uma “forte empatia” nos termos de Freyre, que conecta esse grupo identitário com o “povo” e suas expressões culturais – ou mesmo com seu território – ainda que a própria existência do patrimônio seja utilizado como critério de distinção e privilégio superior.

Em conjunto, esses três elementos constituintes do poder patrimonialista plasmam a existência de um indivíduo que não consegue distinguir o público do

privado, o Estado do negócio da família. É o indivíduo de uma sociedade patrimonialista. No plano da sociabilidade coletiva, cria um Estado marcado pela sobreposição de instituições democráticas com formas patrimoniais, justaposição de dispositivos senhoriais de poder sobre a terra e de dependência social, que são antitéticos com as democracias liberais (Sodré, 2015).

Sob essa configuração societal, a adoção de um discurso identitário homogêneo está a serviço de um tipo de poder que é, em essência, antidemocrático. Está interessado apenas na manutenção do patrimônio para o restrito grupo que sempre o deteve. Nesse sentido, os discursos identitários são discursos de uma elite branca. O “povo” é apenas um elemento afetivo distante e manipulável (SODRÉ, 2015).

Não surpreende que uma sociedade deste tipo seja pouco afeta às formas modernas da democracia e burocracia enquanto normas de administração do Estado. Historicamente, o estado patrimonialista do império pouco altera sua forma quando da proclamação da república: se em seus primeiros anos ela se institui a partir de um golpe militar de pouca participação popular, solidifica-se a partir da participação censitária, das fraudes eleitorais sistemáticas e do poder dos coronéis (FAORO, 2012).

3. Da Modernização Conservadora à Sociedade Neoliberal

A manutenção da lógica patrimonialista – a recusa na mudança do regime e nos modos de propriedade, o controle político e econômico da força de trabalho rural – permitiu que as elites proprietárias mantivessem o controle sobre o processo de modernização que ganhou folego após os anos de 1930. Guiado por um estado autoritário e repressivo, a industrialização, a constituição do proletariado, a criação do mercado consumidor interno, o crescimento urbano, a imigração foram introduzidas paulatinamente e acima de tudo, sem que a participação popular pudesse ser reivindicada. A esse direcionamento, a despeito do interregno democrático de 1945-1964, a historiografia brasileira caracterizou como a modernização conservadora.

Para Domingues (2002), o interesse das elites que dirigiam o processo era tanto afastar qualquer possibilidade de mobilização popular quanto minimizar os

“desencaixes” entre as subjetividades individuais e as coletivas. Porém, como é próprio da modernização romper laços sociais pretéritos e introduzir novos, mais flexíveis e individualizados, quanto mais a modernização conservadora avançava, mais a própria minava as bases do conservadorismo autoritário que a guiava.

Ao fim do último período autoritário, em meado dos anos de 1980, a sociedade brasileira já era essencialmente diversa daquela que havia iniciado o século: majoritariamente urbana, empregada em setores industriais de baixa qualificação, organizada em sindicatos com algum poder de pressão contra a política econômica baseada no arrocho salarial. No plano das sociabilidades individuais essa nova realidade eclodia em reivindicações de grupos de jovens, de mulheres, no movimento negro em reorganização, nas demandas estéticas e artísticas das classes médias consumidoras que podiam viajar para o exterior e moldavam seus gostos e hábitos à imagem e semelhança das sociedades mais avançadas. Desta feita, os “desencaixes” se ampliaram de modo exponencial e se tornam irreconciliáveis. Naquele momento, tudo indicava que o modelo autoritário chegaria à um fim definitivo (DOMINGUES, 2002).

Entretanto, há que se considerar que o encerramento deste longo ciclo descrito por Domingues ocorre, pelo menos no plano internacional, em concomitância com o eclodir da era neoliberal, representado pelo governo conservador de Thatcher-Reagan . Como nos lembra Brown (2019), o neoliberalismo não pode ser entendido apenas enquanto um conjunto de doutrinas econômicas de gestão do Estado. Trata-se antes de um tipo de racionalidade com fortes bases morais conservadoras.

Mas, o conservadorismo neoliberal possui uma raiz diversa daquela do conservadorismo patrimonialista que guiou o processo de modernização da sociedade brasileira até então. Onde havia um forte senso de pertencimento à um núcleo familiar ou, no limite, ao estamento proprietário/dirigente, o pensamento neoliberal introduz um “conservadorismo evolucionista” baseado na competição, na liberdade, na inovação e na mudança, ou seja, adota uma posição ética que mimetiza a lógica dos mercados. Em consequência, toda e qualquer mediação social para além dos estreitos limites dos mercados é percebida enquanto uma limitação da liberdade natural. Ainda, toda e qualquer ação estatal torna-se, por definição, coercitiva (BROWN, 2019).

No cenário da dominância dos mercados financeiros, flexibilização produtiva, aumento no desemprego e desigualdade social crescente em que o “neoliberalismo realmente existente” (BROWN, 2019) se desenvolve ao longo dos anos 1990 e no início do novo século, a ética individualista sustenta o surgimento do “empreendedor de si mesmo” e do sujeito transformado em capital humano. No plano social, a mediação é substituída por um aparato sociotécnico que entende a comunicação apenas enquanto um elemento informacional, “a reboque de organizações empresariais e com ênfase num tipo particular de interação caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada médium” (SODRÉ, 2002, p. 20).

Uma nova forma de sociabilidade se constrói a partir de um comum fragmentado: a sociedade civil, outrora espaço social de dissenso e mediação política transfere progressivamente suas funções sociais de mediação para a esfera do mercado, vislumbrado como novo espaço para produção de subjetividades (SODRÉ, 2021). Como já não há espaço para as grandes narrativas integradoras, os discursos identitários são ressignificados a partir das narrativas de consumo.

Cabe então voltar ao princípio: a identidade se estabelece tanto enquanto um ato relacional quanto enquanto um ato de permanência, de continuidade. Logo, a identidade é um tipo de constructo cultural que visa assegurar permanência onde há em verdade apenas transição. Assim, pode prestar-se a esse jogo de significação e ressignificação (SODRÉ, 2015).

Se de um lado, o identitarismo branco mantém sua forma já que ligado à manutenção do patrimônio e das benesses que esse acesso privilegiado ao Estado fornece, de outro, em uma sociedade neoliberal mediatizada pelo e para o consumo permite o surgimento de novos movimentos identitaristas – o movimento feminista, o movimento negro, o movimento LGBTQI e etc – que reescrevem a lógica da exclusão pelo pertencimento e afirmação.

O debate sobre o estabelecimento de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras emerge na imprensa brasileira perpassado por esse complexo contexto.

4. As Cotas nos Editoriais da Folha de São Paulo

Compõem o corpus deste trabalho seis editoriais publicados pelo jornal Folha de São Paulo, entre os meses de abril e novembro de 2012 – cujos marcos temporais são a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade da adoção do sistema de cotas nas IFES e o mês da consciência negra, cuja comemoração havia sido instruída em lei no ano anterior. Em um primeiro momento, foram selecionados apenas os textos que continham explicitamente a expressão “cotas” e/ou “políticas afirmativas” em sua redação. Apenas sete editoriais se enquadraram nessa busca exploratória e um deles foi descartado da amostra final pois não discorria diretamente sobre o assunto. São eles, “Cotas raciais, um erro”, de 27 de abril; “Populismo Racial”, 12 de julho; “Missão Superior”, 31 de julho; “Cotas de Populismo”, a 16 de outubro; “Ensino Medíocre”, em 9 de novembro e “Cotas à Paulista”, de 28 de novembro³.

O primeiro editorial, reconhece que “ninguém duvida que a escravidão foi uma catástrofe social cujos efeitos perniciosos ainda se propagam mais de um século após a abolição” e que os “descendentes de cativos (...) sofrem, na maioria dos casos, uma desvantagem competitiva impingida desde o nascimento”. A partir daí, reconhece que as cotas constituem-se enquanto necessárias políticas compensatórias, e que a decisão favorável do STF deve servir de parâmetro para a adoção da política em outras áreas.

Todavia, o mesmo texto afirma que a desigualdade brasileira tem origem nos diferenciais de renda e de condições de vida. Tais desigualdades sobrepõem-se àquelas relativas à raça que se dissipa. Sob essa perspectiva, afirma que no Brasil, “é duvidoso, quando não impraticável, qualquer tentativa de estabelecer padrões de ‘pureza’ racial”, haja visto que “a ampla gradação nas tonalidades de pele manteve esse sentimento destrutivo atrofiado, incapaz de se articular de forma ideológica ou política”.

As cotas baseadas em critérios raciais são classificadas então como um instrumento válido em outros lugares, como por exemplo nos Estados Unidos, que

³ O corpus, bem como uma tabela guia com a data de publicação de cada texto, está disponível para consulta em < https://1drv.ms/u/s!AtOu8Im_cDD6gcJUU9_ptepnOig9wg?e=My3Aeq >

possuem uma “obsessão racial que nunca foi a nossa”. Implantar tal instrumento aqui pressupõe “depende do arbítrio de ‘tribunais raciais’ cuja instalação tem algo de sinistro”.

“Populismo Radical”, reverbera o posicionamento crítico da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC) contrário à adoção de cotas. O manifesto das duas entidades se referia ao projeto de lei em discussão no senado sobre a reserva de vagas exatamente nos termos do que viria a ser a lei atual. Trata-se pois de um dispositivo amplo que considera a origem do estudante – se proveniente da escola pública ou não – como primeiro critério de acesso à política. Dentre esse percentual, a reserva para estudantes autodeclarados pretos, pardos e/ou indígenas na proporção que essa população está distribuída em cada estado. São, portanto, critérios que interseccionam a problemática racial e a questão social.

Nesse sentido, o argumento central defendido no editorial anterior – cotas sociais – precisa ser demarcado. Passa-se agora a defendê-las como exclusivas: “Essa Folha defende formas de ação afirmativa de critério exclusivamente socioeconômicos, mas enxerca várias razões para rejeitar o PL 180 – e não só por seu conteúdo racial.”

Por fim, toma para si o ponto de vista das entidades segundo o qual “ainda que a inclusão social seja um objetivo legítimo e desejável nas universidades públicas, a excelência do ensino e da pesquisa não são menos importantes – e ela certamente está em risco se metade das vagas forem atribuídas por critérios indiferentes ao mérito.”

Em “Missão Superior”, que comenta sobre a greve nas IFES que a altura já durava mais de dois meses, equipara o “mal” causado pela possibilidade das cotas à própria greve (tida, a priori, como uma ameaça). “Paira sobre elas [as IFES] um projeto autoritário sobre cotas raciais que está para ser aprovado no Senado Federal”, vaticina.

Aqui, o editorialista recupera um argumento marginal no texto anterior e o amplifica: segundo um levantamento executado pelo próprio jornal, cerca de 20% das vagas anualmente disponíveis nas IFES naquele momento já eram reservadas para algum sistema de cotas desenhado e implantado pelas instituições individualmente.

Assim, a imposição de uma lei sobre o assunto apenas retiraria a autonomia universitária. Caso a lei siga adiante, entende a Folha que “seria um enrijecimento das já esclerosadas universidades federais, que assim veriam mais um naco de sua autonomia acadêmica sacrificadas no altar de modismos politicamente corretos.”

Não se trata, todavia, de ser contrários às cotas, frisa-se. Relembra-se, então, a posição do jornal de que as cotas devem ser puramente socioeconômicas e não raciais. Mas “o errado é destinar um número tão grande de vagas com base em algo diverso da capacidade acadêmica do candidato”. A adoção destas medidas “não estancará a perda progressiva de qualidade do ensino superior.”

Por fim, o editorial finaliza sua argumentação com o declínio da participação das universidades federais nos “competitivos” rankings internacionais de qualidade de ensino/pesquisa: “não fossem essas distrações (...) as federais poderiam se dedicar a construir para si um papel de maior relevância no sistema universitário nacional.”

“Cotas de Populismo” trata explicitamente da proposta de adoção de cotas também para o ingresso nas carreiras do serviço público. Para desenvolver o argumento (contrário à medida), o texto estabelece uma série de paralelos com a discussão sobre a adoção de cotas nas IFES, naquele momento já transformado em Lei. Para o editorial, ambas as políticas são “leituras simplistas” da realidade e que, no caso das IFES, o caminho adotado “afronta à autonomia” das mesmas.

Entende a necessidade de se pensar políticas compensatórias à luz dos legados negativos deixados pela escravidão – como já defendido no primeiro editorial do corpus. Todavia, “por pesada que seja essa herança, o Brasil republicano nunca teve a discriminação racial consagrada em lei. É doloroso ver que a sacramenta agora, ainda que para beneficiar os que sofrem as desvantagens sociais por causa da cor da pele”. O caminho apontado é o mesmo da posição original: deve-se privilegiar cotas baseadas em critérios sociais e não raciais.

Por fim, finaliza a argumentação afirmando a necessidade de estabelecer um serviço público a partir do mérito, com base na eficiência do trabalho, e não por outros critérios “paternalistas”.

Já em “Ensino Mediocre”, analisa os resultados do último ENEM. O editorial parte da constatação, corroborada pela opinião de um especialista, de que os

resultados obtidos por um estudante no ENEM é, em grande medida, predeterminado “por suas condições socioeconômicas e pela má qualidade da educação que tiveram até aí”. Isto porque, nos últimos anos, “os avanços [na educação básica] ficaram entre o mínimo e o inexistente.”

É aqui que a questão das cotas raciais entra em cena: “infelizmente no lugar de encarar o problema e procurar resolve-lo com mais ousadia, as autoridades educacionais tem preferido a saída fácil de apelar para as cotas raciais e outras pirotecnias populistas...”

Entende, por fim, que em função de um ensino básico/fundamental de baixa qualidade, as universidades se verão na obrigação de criar um sistema educacional de apoio para compensar as lacunas deixadas na base.

Finalmente em “Cotas à Paulista”, sobre a proposta de criação de políticas compensatórias baseadas em cotas nas universidades estaduais paulistas a partir do modelo adotado nas IFES, o editorial classifica imediatamente a proposta como “polêmica”.

Novamente, relembra que políticas compensatórias podem ser necessárias em um país com o histórico de desigualdades mas que para o caso brasileiro as cotas socioeconômicas seriam uma melhor alternativa. A “polêmica” em torno da adoção de um critério racial reside exatamente no critério pouco objetivo deste, já que “é evidente que num país em que se verificou um processo de miscigenação maciça, fica difícil, senão impossível, estabelecer padrões de pureza “racial” – conceito que é, por si só, um logro.”

Ademais, o texto também critica o exagero da disposição de 50% das vagas para cotistas “flagrante exagero populista e discriminatório que atrofia o princípio da meritocracia”.

A argumentação é encerrada como a sugestão de que o movimento capitaneado pelo governador paulista, se resume apenas à um “quem dá mais” populista, “em sacrifício da vocação da universidade para produzir um conhecimento e pesquisa em alto nível”.

5. À Guisa de Conclusão

Os enunciados apresentados na sessão anterior podem ser agrupados em três grandes eixos argumentativos: a) o reconhecimento do problema; b) a dissuasão do argumento inicial e a apresentação de uma nova proposta e c) os prognósticos ou as consequências futuras da adoção de cotas para o acesso ao ensino superior público.

O reconhecimento se refere tanto as heranças deixadas à população descendente dos “cativos” pela longa duração do regime escravocrata no país quanto a existência (e persistência) de uma sociedade desigual. Há, portanto, um reconhecimento implícito da necessidade da ação estatal para a solução do problema a partir de algum tipo de política compensatória.

Por sua vez, claramente a proposta apresentada contém “algo de sinistro” e, portanto, deve ser dissuadida. A referência para essa avaliação está na constatação de que o “estabelecimento de padrões raciais” impraticáveis no contexto brasileiro, haja visto que aqui a “característica nacional foi a miscigenação maciça”. Reivindicar esse critério seria “importar” uma “obsessão que nunca foi nossa”, mas sim estadunidense. Ao mesmo tempo, e até mesmo em função do primeiro eixo, a desqualificação da proposta das cotas raciais precisa ser contrabalanceada com a apresentação de uma outra solução. As cotas quanto à origem “socioeconômica” do estudante se mostram a melhor opção posto que objetivas, verificáveis, de fácil execução. Resolveriam o problema já que a questão socioeconômica se sobrepõe – e não é interseccional – à desigualdade racial, esta, *per se*, de difícil observação.

Quanto aos prognósticos, ainda que textualmente estes se refiram genericamente “as cotas”, sendo portanto impossível distinguir se raciais ou socioeconômicas, teriam um impacto no acesso às Universidades graças ao mérito pessoal de cada estudante, o que se refletiria na redução da qualidade do ensino/pesquisa oferecida por estas instituições e por fim, a queda das mesmas nos rankings internacionais de competitividade e capacidade de formação de quadros acadêmicos de alto nível. Além do mais, a adoção de um critério nacional para as políticas compensatórias – novamente, sem distinção de quais natureza – afetaria a autonomia das instituições garantida na Constituição Federal. Por fim, pode-se incluir

nesse eixo os argumentos relativos à priorização do acesso ao ensino superior quando, em verdade, as ações deveriam se voltar para a melhoria da qualidade da educação básica.

Quando condensados dessa maneira, esses três eixos argumentativos parecem constituir-se discursivamente a partir de grandes linhas de fuga ao problema: se por um lado existem mazelas ainda não resolvidas com a abolição, por outro elas são menos significativas do que os demais problemas sociais do país; se por um lado a miscigenação constitui-se a base da sociabilidade nacional de modo que não se verifica por aqui uma “obsessão racial”, por outro lado, isto se deve exatamente em função da manutenção de um discurso hegemônico de apagamento identitário da população negra; se de um lado reconhece a necessidade de adoção de políticas compensatórias por parte do Estado, de outro reafirma o fim da meritocracia e a perda da competitividade no universo acadêmico, aqui obviamente tratado apenas enquanto um espaço de preparação para o mercado de trabalho ou enquanto ele mesmo, um “mercado” de ensino/pesquisa; se por um lado algum tipo de cotas de acesso ao ensino superior é defendido (as cotas baseadas em critérios socioeconômicos), por outro, sugere que o verdadeiro desafio está em assegurar melhorias na qualidade da educação básica pública.

Tais impasses, a primeira vista contraditórios, podem ser entendidos em função dos ditos e não ditos que se chocam enquanto expressão dos dois tensionamentos centrais sob o qual esse trabalho procurou refletir: o racismo expresso no discurso identitário branco ancorado no poder patrimonialista (SODRÉ, 2015) e o neoliberalismo enquanto uma racionalidade política conservadora baseada em uma moral individualista e antissocial (BROWN, 2019). Os editoriais analisados tergiversam na adoção do discurso da democracia racial que pressupõe um determinado tipo de sociedade (hegemonicamente branca, ainda que aberta à incorporação de sujeitos miscigenados) e que se constitui enquanto um discurso identitário, ao mesmo tempo em que se arvoram no ideal neoliberal da meritocracia, da concorrência plena de todos contra todos e da eficiência e objetividade – o que sugere neutralidade – na resolução de conflitos sociais. Trata-se de um discurso fluido, poroso, que procura ocultar determinados processos sociais.

Para Orlandi (2015), os esquecimentos e os silenciamentos estruturam uma formação discursiva. No corpus selecionado, já na instância da enunciação, a partir dos ditos e não ditos, está claro a constante necessidade de reafirmar um mesmo espaço do dizer, ou seja, que determinado tema só pode ser abordado a partir de um mesmo e específico lugar sócio-histórico, assim mantido em nome da criação de relações de sentido.

Em Sodré, para haver história é preciso que exista algo de permanente enquanto todo o resto se modifique conforme a época se altera. Esse é o a priori hegeliano ou “O Mesmo” de Heidegger, uma forma fixa. Se a história se constitui enquanto um diálogo geracional, “O Mesmo, é aquilo que, em cada anúncio de uma mensagem, não se explicita, não é pensado, mas silenciado” (Sodré, 2015, p. 76).

O modo como os editoriais da Folha utilizam-se de argumentos para construir um discurso contrário à adoção de cotas raciais pelas universidades federais preserva os argumentos de um discurso identitário hegemonicamente branco responsável pela construção de uma identidade nacional brasileira no qual os brasileiros afrodescendentes são sistematicamente excluídos, ainda que, por vezes (mas nem sempre), sejam tratados de modo afetuoso. Ao mesmo tempo, incorpora elementos de uma racionalidade neoliberal individualista e orientada à resultados (de mercado) que, como a meritocracia ou a teoria do capital humano, colocam em concorrência direta indivíduos que partem de posições sociais desiguais. Em síntese, são argumentos favoráveis à manutenção do acesso ao ensino superior àquele grupo identitário que sempre se beneficiou do acesso exclusivo aos bens oferecidos pelo Estado.

É nesse sentido que figurativamente o presente trabalho recorre à metáfora do modelo de hélice dupla proposto por Watson e Crick em 1953 para explicar a estrutura da molécula de DNA. Especialmente, o modelo sugere a existência de duas fitas compostas de moléculas de fosfato e de açúcares paralelas e congruentes à um mesmo eixo formando uma estrutura espiralada. Sob essas duas fitas, e ligadas à elas, podem ser estabelecidas quatro tipos de ligações base de nitrogênio (adenina, citosina, guanina e timina). A estrutura da hélice dupla é fundamental para a transmissão e replicação da informação genética já que mesmo durante o processo

de divisão celular, as informações contidas na sequência de aminoácidos em cada fita se mantem, o que permite o surgimento de novas ligações bases entres os dois lados da molécula.

A partir da revisão da literatura sobre a cobertura da imprensa brasileira acerca da discussão sobre a adoção da lei de cotas, depreendeu-se a centralidade do racismo e do neoliberalismo enquanto discurso estruturantes do debate. Por sua vez, a título do exercício aqui proposto, a análise do discurso presente nos editoriais da Folha de São Paulo sobre o mesmo assunto explicitam como os enunciados são construídos de modo a demarcar (pelo silenciamento, pelos não ditos) os eixos discursivos centrais àquela problematização.

Parece bastante promissor associar o racismo e o neoliberalismo com as fitas paralelas espiraladas do modelo da dupla hélice do DNA. Assim como no modelo biológico do qual se alude, isso não significa reduzir toda a produção discursiva reverberada na mídia daquele período à apenas dois elementos. Trata-se outrossim de alça-los à uma posição de relevo em relação à outros atravessamentos discursivos que a partir deles possam ser descortinados. Um caminho futuro possível nesse sentido já está de certo modo presente na associação proposta por Sodré (2015) entre o racismo e o patrimonialismo. Conforme já apontado pelo autor, há nessa relação um desdobramento relativo à ética política do brasileiro que certamente liga-se a racionalidade liberal (e à neoliberal) de uma maneira bastante específica.

Ao mesmo tempo, eleger o racismo e o pensamento neoliberal à condição de “fitas base” tal qual o modelo do DNA permite lançar luz à dois fenômenos socialmente bastante complexos e dinâmicos especialmente à partir das problematizações possíveis no campo da comunicação e suas interfaces seja com a política, com a história, com cidadania, com os estudos antirracistas e decoloniais e com a teoria crítica, apenas para citar algumas possibilidades. O presente artigo, procurou na analogia com um modelo didático bastante robusto e ao mesmo tempo sintético – ainda que de origem em um campo epistemológico distante das ciências da comunicação – oferecer uma nova possibilidade de construção de um dispositivo de interpretação sobre o discurso político no Brasil. Na busca por dizer aquilo que historicamente se mantem é que surge o espaço para o criativo, para a construção de

10º
COM
POLÍ
TICA

“Discurso democrático e comportamento das elites políticas, da imprensa e da sociedade civil: desafios contemporâneos”

09 a 11
de Maio
de 2023

novos consensos simbólicos em torno de um comum. É nessa perspectiva que este trabalho buscou, ainda que inicialmente, trazer a tona “O Mesmo” que estrutura os discursos sobre a sociabilidade brasileira.

Referências

- BARBOSA, Z. M. **Cotas Raciais: para reatualizar o discurso da imprensa e reverter a abolição da escravidão**. Tese (doutorado em Comunicação). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- BOTELHO, J; MAIA, R; MUNDIN, P. **O Debate em Torno das Cotas nas Universidade Públicas Brasileiras de 2001 a 2009: uma análise preliminar**. Revista Compólitica, v. 1, n. 2, p. 7-34, 2011.
- BROWN, W. **Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.
- CARVALHO, J. J. **Inclusão Étnica e Racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior**. São Paulo: Attar, 2005.
- DOMINGUES, J. M. **A Dialética da Modernização Conservadora e a Nova História do Brasil**. Dados – Revista de Ciências Sociais. v. 45, n. 3, p. 459-482, 2002.
- FAORO, R. **Os Donos do Poder: formação do patronato político do Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2012.
- FERES JUNIOR, J; DAFLON, V. T. **A Nata e as Cotas Raciais: genealogia de um argumento público**. Opinião Pública, v. 21, n. 2, p. 238-267, 2015.
- MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política de morte**. São Paulo: N-1 Edições, 2021.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2015.
- PAIVA, A. R; ALMEIDA, L. C. Mudança no Campus: falam os gestores das universidades com ações afirmativas. IN: PAIVA, A. R. (org). **Entre Dados e Fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras**. Rio de Janeiro: Pallas, 2010.
- SANTOS, N. N. S. **A Voz e a Palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos**. Dissertação (Mestrado em Direito). Escola de Direito, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.
- SODRÉ, M. **A Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. **Claros e Escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- _____. **A Sociedade Incivil: mídia, iliberalismo e finanças**. Petrópolis: Vozes, 2021.